

O coletivo Ilusório - Uma Reflexão Sobre o Conceito de Comunidade

Ana Cristina Brito Arcoverde
Editora Universitária da UFPE, 1985. 189p.

O tema do trabalho é o conteúdo do conceito de comunidade na prática do Serviço Social, no marco de uma discussão informada pela análise de programas comunitários promovidos por instituições estatais e desenvolvidos na periferia urbana do Recife.

A preocupação com o tema surgiu, principalmente de observações pessoais na prática de ensino, tanto em sala de aula como na supervisão de alunos engajados em experiências comunitárias nos chamados “assentamentos de baixa renda”. No cotidiano da prática pedagógica, ao lado das dificuldades teóricas, relacionadas à delimitação das comunidades - segunda certa abordagem que privilegia as “características sociais” das populações - sobressaem limitações de ordem prática que se expressam na formulação dos objetivos do trabalho e nas formas de ação, tendo em vista essa mesma realidade.

Constituem ponto de partida desta investigação as incoerências que se refletem na prática:

- A crítica insuficiente dos elementos constitutivos do conceito comunidade adotado em Serviço Social, em relação à realidade;
- A diversidade de conotações nas práticas desenvolvidas pelo Serviço Social em programas comunitários e suas implicações lógicas;
- O desacordo entre o conceito de comunidade, adotado no Serviço Social e o discurso teórico-metodológico do trabalho social.

Essas incoerências remetem, em última análise, ao questionamento do processo de construção do conhecimento no Serviço Social, chamando a atenção para a ambigüidade que persiste na teorização.

Apoiado em representações comuns, esses esforços se restringiu, originariamente, ao plano da inconsistência ou da generalidade. Não se pode afirmar, ainda, que a produção do conhecimento, nessa área, constitua o reflexo da realidade, seja do ponto de vista histórico, seja do ponto de vista lógico.

O Serviço Social em sua abordagem tradicional e mesmo na perspectiva transformadora, tem se apropriado de conceitos, oriundos de outras disciplinas, sem a indispensável conversão ou mudança de seus elementos constitutivos. Entre eles, o de COMUNIDADE.

Ao incorporá-los a seu corpo de conhecimentos parece que o imediato se sobrepõe ao construído, sendo a aparência da realidade, conseqüentemente, aceita sem questionamentos.

Como acentua ALFRED KADUSHIN (1957: 52-57), a utilização do conhecimento de outras disciplinas no Serviço Social tende a prejudicar a orientação do profissional quanto a respostas exigidas pela realidade social e quanto à sua ação. Além disso, gera alguns obstáculos relativos à objetividade e sistematização dessa prática, como:

- a) A supervalorização do conhecimento emprestado, em prejuízo de sua orientação para o objeto;
- b) A adoção de explicações desatualizadas ou de teorias distanciadas dos fenômenos;
- c) A versão simplificada do “real” que é falsificada na medida em que é reduzida ao aparente.

No Serviço Social, além da carência de conceitos próprios, evidencia-se a falta de clareza e de precisão dos elementos conceituais existentes, construídos sob os mais diversos enfoques, cujas bases teóricas não deixam de ter implicações lógicas.

No que se refere ao conceito de comunidade, verifica-se que a investigação desse tema em Serviço Social ainda se mantém insatisfatória para atender à realidade com a qual o assistente social trabalha: não obstante o esforço empreendido nesse sentido, desde o diagnóstico realizado por DONALD PIERSON em Cruz das Almas (1951) ao qual se seguiram as propostas de JOSÉ ARTHUR RIOS (1957), BALBINA OTONI VIEIRA (1958), HELENA IRACI JUNQUEIRA (1963), MARIA LÚCIA CARVALHO DA SILVA (1974) e do grupo de Belo Horizonte, com a experiência de Itabira¹ (1971), persiste a questão: o que é , e em que consiste o essencial do conceito de comunidade no Serviço Social?

Aborda-se comunidade segundo dimensões antropológicas ou políticas, distinguindo tipos de comunidade, graus e condições de desenvolvimento, analisando condições que se situam predominantemente, a nível do indivíduo ou dos processos sociais.

De modo geral, encontram-se um sem número de conceitos de comunidade referidos ao coletivo mas que postulam a coesão, integração e passam ao largo das contradições inerentes à realidade capitalista. Ou ainda, de forma quase que utópica, formulam idealmente o tipo de relações que caracterizam uma comunidade.

A observação e a análise das experiências mostram que ainda é incipiente o esforço para a realização da unidade entre o conceito e a realidade.

Não é sem justificada razão, portanto, que se apresenta a questão da precisão desse conceito e de sua correspondência, não só com o discurso, mas também com a prática, tanto no que se refere ao conteúdo das formulações, como às relações desse conteúdo com as propostas da prática. Essa questão, freqüentemente identificada e analisada pelos assistentes sociais, se agrava na medida em que estes procuram resolvê-la mediante a simples substituição de definições, sem levar em conta a realidade social.

Como salienta KOPNIN(1978: 23-210), “os conceitos relativos aos fenômenos da vida

¹ Experiência integrante do Movimento de Reconceituação do Serviço Social. pretendeu significar uma ruptura com os modelos positivistas de Serviço Social - inclusive do Desenvolvimento de Comunidade - e propôs uma intervenção profissional com bases epistemológicas no lógica dialética.

social mudam, tanto em face da mudança do conhecimento a respeito desses fenômenos, como em decorrência das mudanças que ocorrem na própria vida social”.

A perspectiva é de que essa mudança ocorrerá, no âmbito do Serviço Social, na medida em que se apreenda o fenômeno comunidade no quadro geral das relações sociais e dos determinantes da ação coletiva.

Ao empreender este estudo, busca-se, portanto, desenvolver uma visão alternativa de comunidade, bem como situar sua importância e implicações na prática dos assistentes sociais. Para apreensão do conceito de comunidade, no quadro geral das relações sociais e dos determinantes da ação coletiva, partiu-se do suposto teórico da lógica dialética, no processo de produção do conhecimento, procurando captar o conceito em sua vinculação com o real, inserido no contexto histórico que o engendra. “Os dados, por si sós, não são geradores de conceitos e explicações e, que para dar conta do real, é preciso explicar os fenômenos pela elaboração teórica”.

No entender desse estudo, o procedimento “in loco”, num desses agrupamentos populacionais denominados de comunidade, não significaria que se encontrassem ou chegasse a um conceito de comunidade ou de ação coletiva que desse conta do real. Neste trabalho, o processo de conhecimento se dá e é proveniente da prática, representada, através da linguagem e do discurso. Entende-se, que tal síntese traz, implicitamente, o conhecimento produzido sobre o objeto de conhecimento e, explicitamente, as possibilidades de novos conteúdos sobre esse mesmo objeto.

É impossível apreender qualquer objeto sem o intermédio da linguagem, do discurso. Assim, na investigação do tema, o discurso constitui a principal base de referência.

Entende-se que todo elemento tem uma significação no contexto em que está inserido, isto é, tem relação com todos os elementos disponíveis num texto.

A pesquisa desenvolveu-se em três planos de análise inter-relacionados:

1. O da literatura do Serviço Social, no qual se destacou o conteúdo da representação do pensar de alguns autores do Serviço Social, numa perspectiva histórica, em suas principais contribuições à construção do conceito comunidade;
2. O dos programas comunitários estatais, destacando as representações que apresentam sobre o conceito de comunidade, como diretrizes orientadoras das ações desenvolvidas pelos assistentes sociais;
3. O do discurso da prática dos assistentes sociais (engajados nos referidos programas), enquanto síntese das ações desenvolvidas e contribuição à imagem cognitiva do fenômeno.

Constituíram universo de estudo os programas comunitários desenvolvidos na Região Metropolitana do Recife, com a participação de assistentes sociais na execução, há mais de dois anos, incluindo:

- a) Programas de prestação de serviços (setoriais e multisetoriais) - 4;
- b) Programas orientados à mobilização comunitária - 2.

Para análise dos dados, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo, distinguindo como unidade temática o conceito de comunidade (explícito e implícito) e, como principal categoria de análise, o conteúdo do conceito, definido como ação coletiva. E, ainda, como unidades de contexto para apreensão do tema, o objeto ou marco de intervenção, os objetivos e as ações propostas, nos três planos de análise.